

23-29/11/1984



O capitão Antonio Branco, chefe indígena e religioso da aldeia, disse que não irá permitir a entrada do madeireiro Waldemar Baiano na aldeia. Na área, o clima é tenso e nervoso.

## Área indígena ameaçada em Itariri

Gilberto Nascimento (texto)  
Regina Vilela (fotos)

Desde 1930, os índios Guarani que vivem na Serra dos Itatins, município de Itariri, entre o Vale do Ribeira e o Litoral Sul paulista, vêm resistindo às ameaças de fazendeiros e madeireiros da região que tentam se apoderar de suas terras. Em 1963, o Governo do Estado, através do decreto 41.533, garantiu aos Guarani a posse de 809,2 hectares, mas não se manifestou sobre uma área de 350 hectares de terra, onde se localiza a antiga sede do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e, inclusive, o cemitério dos Guarani, que está sendo intensamente disputada entre os índios e, principalmente, o madeireiro Waldemar Baiano ameaçou invadir a área ocupada pelos índios e, dizendo que possui uma "autorização" de seu advogado, assegurou que irá romper com tratores, a cerca de arame farpado que os índios ergueram para delimitar suas posses. Em contrapartida, os índios se ar-

maram e estão prometendo resistir a qualquer tentativa de invasão, além de recorrer à ajuda dos índios Guarani das aldeias de Ubatuba, Rio Branco (em Itanhaém), Caiciras e Boa Esperança, no Espírito Santo. "Eu morro pelo meu povo, pela minha terra. Se o Waldemar quiser entrar aqui, a gente vai usar flecha e o que tiver. Aqui ele não entra. Se entrar, os urubus é que vão comer ele", dizia o capitão Antonio Branco, 84 anos, chefe indígena e religioso da aldeia, aos índios Alvaro Tucano e Ailton Krenak, coordenadores do Regional Sul da UNI (União das Nações Indígenas), que foram levar apoio aos Guarani, juntamente com missionários do CIMI (Conselho Missionário Indigenista), no último dia 16.

Existe um clima de tensão na área. Waldemar Baiano, após utilizar o já velho chapão de que "os índios estão sendo usados por pessoas que têm outros interesses", garante que vai iniciar imediatamente o desmatamento da área ocupada pelos índios, onde pretende abrir

uma estrada e plantar cerca de 60 mil pés de banana.

### INÍCIO DA DEMARCAÇÃO

Enquanto Waldemar Baiano rejeita qualquer argumentação que coloque em dúvida a legitimidade de sua posse, o CIMI e a UNI lembram que o culpado maior de toda a história é o Estado, que loteou e vendeu as terras indígenas, através do Serviço de Imigração e Colonização, órgão da Secretaria de Agricultura, hoje o Instituto de Assuntos Fundiários (IAF). Waldemar possui um título da área que reivindica e, por essa razão, os índios Guarani, mesmo lembrando que a titulação somente poderia ser concedida a quem colonizasse os lotes (o que não foi feito pelo madeireiro), reconhecem o direito dele de exigir do Estado uma outra área ou talvez uma indenização. A mesma solução também seria adotada para um outro morador da região, que tem sua área titulada. "Nós queremos nossa área. A vida toda a gente foi expulso e, agora, querem até tirar

a caveira do índio que está no cemitério", lamenta o velho capitão Antonio Branco que, desde 1940, vem exigindo das autoridades a regularização das terras dos Guarani. Antonio Branco já foi falar diversas vezes com ministros em Brasília e até com o então presidente da República Café Filho.

A nível estadual, porém, a regularização das terras dos Guarani foi solicitada dezenas de vezes à Procuradoria do Patrimônio Público (PPI), órgão da Secretaria de Justiça. Os índios já foram falar pessoalmente com o secretário José Carlos Dias e o Bispo da Diocese de Registro (que abrange o município de Itariri), Dom Aparecido José Dias, que também já entrevistou junto à Secretaria, a fim de conseguir a solução do problema. Os Guarani reivindicaram a demarcação dos 809,2 hectares de terra destinados aos índios (que só começou a ser feita agora, através de um convênio entre o PPI e a Sudelpa — Superintendência de Desenvolvimento do Litoral Paulista) e a anexação da área

de 350 hectares que o decreto estadual de 1963 deixou de englobar.

### EVITAR CONFLITOS

Nessa área de 350 hectares, estão 11 lotes, com aproximadamente 10 alqueires cada um, que não poderiam ser titulados, como assinala o indigenista Alberto Capucci, do CIMI-Itanhaém, já que o artigo 198 da própria Constituição Federal assegura que são inalienáveis as terras habitadas por silvícolas, cabendo a eles posse permanente. Dos 11 lotes, sete (os de n.os 7, 12, 14, 18, 21, 31 e 32) jamais chegaram a ser titulados, em virtude de desistências ou demora para a ocupação. Apenas quatro foram titulados, sendo que um deles — o número 13 — foi adquirido por Paulo Nogueira Neto, da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, com o objetivo de doá-lo aos índios. Essa doação, no entanto, não foi consumada até hoje e os índios não sabem explicar a razão. Outro lote, o número 17, também poderá ser destinado

facilmente aos índios, já que o morador que ali está instalado há 30 anos, chamado Raymundo dos Santos, não coloca maiores obstáculos para ser transferido, desde que receba uma indenização satisfatória pela terra. Ele possui título e realmente colonizou a área.

Dessa forma, o problema maior, como afirma Ailton Krenak, passa a ser os lotes 30 e 47. "O Governo do Estado tem a rara oportunidade de evitar um conflito e regularizar definitivamente a terra dos Guarani, reconhecendo a ocupação e demarcando a área", acentuou o coordenador da União das Nações Indígenas, que deverá manter entendimentos com a Procuradoria do Patrimônio Público, nos próximos dias. Os índios, com o auxílio da UNI e através do jurista Dalmo de Abreu Dallari, pretendem também ingressar na Justiça com uma ação a fim de garantir a posse das terras. Por já temer a possibilidade de o governo considerar nulos os seus títulos, Waldemar Baiano está apressando o desmatamento.

## Os Guarani se preparam para defender suas posses

No ano passado, cerca de 30 famílias de Guarani viviam na aldeia de Itariri. Hoje, apenas 15 famílias estão na área. Os índios se mantêm graças ao cultivo do feijão, palmito e banana, além de comercializarem alguns desses produtos. Diariamente, vários índios percorrem a pé mais de 10 quilômetros de serra até chegar ao centro de Itariri, onde vendem palmitos e, às vezes, artesanato.

Na aldeia, os índios não chegam a ficar totalmente distantes das informações sobre a cidade. O capitão Antonio Branco, por exemplo, ao comentar o fato de os Guarani estarem perdendo suas terras, lembrou a perseguição contra os Patoxó há-há-há, no Sul da Bahia. "Estão querendo matar também os índios da Bahia. E cada vez estão querendo jogar a gente mais para longe", disse ele. Usando o Correio e, quase sempre, pedindo uma pequena ajuda ao casal Capucci, Alberto e Jussara, missionários leigos do Cimi-Itanhaém, os índios se comunicam entre si, trocando informações.

A notícia de que o madeireiro Waldemar Baiano pretende invadir a área ocupada pelos índios chegou rapidamente à aldeia Guarani de Boa Esperança, no Espírito Santo. Jonas Ernesto, ou Kuaray, seu nome indígena, veio o mais depressa que pôde para Itariri. "Vou defender meus parentes de todo jeito", dizia, orgulhoso, ao mes-



Os índios Guarani estão se armando e prometendo resistir a qualquer tentativa de invasão.

mo tempo em que ajeitava seu arco e flecha. Alvaro Tucano, da UNI, elogiava a disposição de luta dos Guarani e se integrava ao animado grupo de índios que exibia os armas típicas, construídas na aldeia.

O capitão Antonio Branco descarregava sua fúria, principalmente, contra o madeireiro Waldemar Baiano e o responsável pela titulação dos lotes localizados em área indígena, Milton Fraga Moreira, ex-encar-

regado do Serviço de Imigração e Colonização. "Esses dois não entram aqui, de jeito nenhum", garantia. Na gestão de Milton Fraga, segundo Antonio Branco, a polícia entrou duas vezes na área para expulsar os Guarani. Durante uma das invasões policiais, Antonio Branco foi obrigado a sair sob chuva com o filho de dois anos de idade no colo, que estava com febre. O menino acabou morrendo próximo à cachoeira do Rio Azeite, disse o

chefe indígena. "Esse Milton é um criminoso".

A Diocese de Registro, através do Bispo Aparecido José Dias e do padre Eziú, vigário de Itariri, têm prestado total apoio aos índios Guarani, inclusive assumindo o trabalho desenvolvido pelos missionários leigos Alberto e Jussara Capucci. Os índios Guarani também estão tentando garantir a posse de suas terras nas aldeias de Rio Branco e Ubatuba.

## Madeira diz que não há nada para conversar

"Tem gente enganando os índios. A terra aqui era do Estado, está tudo registrado e titulado. A área dos índios é outra". Repetindo essas frases, diversas vezes, o madeireiro Waldemar Alves da Silva, o Waldemar Baiano, mostrou um grande desinteresse em conversar com os indigenistas do CIMI e os índios Alvaro Tucano e Ailton Krenak, da UNI. O encontro, casual, ocorreu na própria área disputada entre os índios Guarani e o madeireiro, nas proximidades da antiga sede do SPI — Serviço de Proteção ao Índio. Waldemar alegava, a princípio, que não havia "nada para conversar".

Pouco depois, no entanto, Waldemar disse que adquiriu as terras, em 1963, do espólio de Serafim Garcia que, por sua vez, comprou a área de uma outra família. Ele chegou a admitir que, desde que adquiriu os lotes, viu os índios "sendo jogados cada vez mais para cima da Serra dos Itatins". Ao ser questionado por Alberto Capucci, porém, ele mudou de idéia e disse que já não tinha mais certeza.

Por duas ou três vezes, Waldemar afirmou que o ex-encarregado do Serviço de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura do Estado, Milton Fraga Moreira, era a pessoa que saberia indicar quais os lotes



O madeireiro quer a área indígena

que pertenceriam aos índios. Já mais seria aquela área, garantia. "Estão enganando os índios", repetia mais uma vez, após insinuar que "tem gente por trás dos índios, porque eles não teriam jeito de construir uma cerca".

Waldemar criticou a Sudelpa e a Procuradoria do Patrimônio Público por não estarem, na sua opinião, demarcando corretamente as áreas indígenas. "Aqui nessa área, mais de 408 hectares são de minha propriedade. Está tudo registrado no Incra. Só não plantei antes em toda a área, porque não autorizaram o desmatamento. Mas já pedi novamente a autorização", acrescentou.